

Os desafios da implementação da política nacional da educação especial orientada à inclusão escolar: um olhar ao papel da superação continuada de professores em educação inclusiva na província do Bié

Los desafíos de implementar la política nacional de educación especial orientada a la inclusión escolar: una mirada al papel de la resultada continua de los docentes en la educación inclusiva en la provincia de Bié

The challenges of implementing the national policy on special education oriented towards school inclusion: a look at the role of teachers' continued overcoming in inclusive education in the province of Bié

Henriques Jamba Dachala¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7646-2912>

Evaristo Vitangui Gando²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9747-5878>

Marieta Esmeralda Matenda Ramos³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7498-0927>

RECEBIDO: Fevereiro, 2022 | **ACEITE:** Maio, 2022 | **PUBLICADO:** Julho, 2022

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo principal abordar a importância da superação de professores em conteúdos de Educação Inclusiva na concretização da Política Nacional de Educação Especial Orientada à Inclusão Escolar nas escolas, comunidades educativas e outros sectores da sociedade. O mesmo ressalta, a caracterização da Educação Inclusiva da província do Bié, bem como a estratégia formativa implementada no decurso do período 2020/2021 para capacitar, completar as teorias, metodologias e práticas para atenção educativa inclusiva, uma vez que a atenção educativa inclusiva de alunos com deficiência que apresentam necessidades educativas especiais nas escolas em processo de inclusão exige um trabalho científico encaminhado a revelar as particularidades da atenção educativa, o que se faz necessário conhecer as metodologias, políticas e práticas de actuação para melhor direccionar a exequibilidade da Política Nacional de Educação Especial Orientada a Inclusão Escolar. Os fundamentos teóricos basearam-se em autores como, Soder, (1997); Sassaki, (1998); Hagreaves (2002) e Canjeque (2018). O modelo de investigação utilizado é o qualitativo, porquanto, primou pela descrição da complexidade da concretização da Política Nacional de Educação Especial Orientada à Inclusão Escolar no

¹ Mestre em Educação Especial pela Universidade Katiavala Buila, graduado em psicologia pela Escola Superior Pedagógica do Bié. Assistente na Escola Superior Pedagógica do Bié/Angola. Email: henriquesndachala@gmail.com

² Professor Auxiliar na ESP-BIÉ. Director do Gabinete Provincial da Educação do Bié. Email: gandovitangui@gmail.com

³ Assistente. Instituto Politécnico Cangonjo. Chefe de Departamento de Educação do Gabinete Provincial da Educação do Bié. E-mail: marietamatenda@gmail.com

contexto em estudo. O tipo de investigação é descritivo por procurar relatar a situação actual e desejada do processo de Educação Inclusiva. No decurso da mesma utilizaram-se métodos de nível teórico como análise-síntese, histórico-lógico, indução-dedução e de níveis empíricos como: o inquérito por entrevista e por questionário, permitindo a compreensão da realidade objectiva bem como as projecções futuristas da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Política Nacional; Educação Especial; Educação Inclusiva.

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo es abordar la importancia de la superación docente en contenidos de Educación Inclusiva en la implementación de la Política Nacional de Educación Especial Orientada a la Inclusión Escolar en las escuelas, comunidades educativas y otros sectores de la sociedad. El mismo destaca la caracterización de la Educación Inclusiva en la provincia de Bié, así como la estrategia de formación implementada durante el período 2020/2021 para formar, completar las teorías, metodologías y prácticas para la atención educativa inclusiva, ya que la atención educativa inclusiva de los estudiantes con discapacidad que presentan necesidades educativas especiales en escuelas en proceso de inclusión requiere de un trabajo científico encaminado a develar las particularidades de la atención educativa, lo que hace necesario conocer las metodologías, políticas y prácticas de acción para encauzar mejor la viabilidad de la Política Nacional de Atención Educativa Especial. Educación Orientada a la Inclusión Escolar. Los fundamentos teóricos se basaron en autores como, Soder, (1997); Sassaki, (1998); Hagreaves (2002) y Canjeque (2018). El modelo de investigación utilizado es cualitativo, ya que se destacó por describir la complejidad de implementar la Política Nacional de Educación Especial Orientada a la Inclusión Escolar en el contexto de estudio. El tipo de investigación es descriptiva ya que busca dar cuenta de la situación actual y deseada del proceso de Educación Inclusiva. Durante el transcurso de la misma se utilizaron métodos de nivel teórico como el análisis-síntesis, histórico-lógico, inducción-deducción y niveles empíricos como: la encuesta por entrevista y por cuestionario, que permitieron la comprensión de la realidad objetiva así como las proyecciones futuristas de la realidad.

PALABRAS CLAVE: Política Nacional; Educación especial; Educación inclusiva.

ABSTRACT

The main objective of this article is to address the importance of overcoming teachers in Inclusive Education content in the implementation of the National Policy on Special Education Oriented to School Inclusion in schools, educational communities and other sectors of society. The same highlights the characterization of Inclusive Education in the province of Bié, as well as the training strategy implemented during the period 2020/2021 to train, complete the theories, methodologies and practices for inclusive educational care, since the inclusive educational care of students with disabilities who have special educational needs in schools in the process of inclusion requires scientific work aimed at revealing the particularities of educational care, which makes it necessary to know the methodologies, policies and practices of action to better direct the feasibility of the National Policy on Special Education Oriented to School Inclusion. The theoretical foundations were based on authors such as, Soder, (1997); Sassaki, (1998); Hagreaves (2002) and Canjeque (2018). The research model used is qualitative, as it excelled in describing the complexity of implementing the National Policy on Special Education Oriented to School Inclusion in the Bieno context. The type of investigation is descriptive as it seeks to report the current and desired situation of the Inclusive Education process. During the course of the same, methods of theoretical level such as analysis-synthesis, historical-logical, induction-

deduction and empirical levels such as: the survey by interview and by questionnaire were used, allowing the understanding of the objective reality as well as the futuristic projections of reality. .

KEYWORDS: National Policy, Special Education, Inclusive Education

1. INTRODUÇÃO

A Constituição da República de Angola, no artigo nº 23 estabelece que “todos são iguais perante a Constituição e a lei e ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica, social e profissional”.

Desta feita, pode-se compreender que a transferência de um aluno do ensino especial para o regular ou normal implica o desenvolvimento de um conjunto de acções ou estratégias que exigem do professor uma habilidade diferente de lidar com o processo de ensino-aprendizagem, no intuito de garantir a prossecução do trabalho que foi feito na escola especial. De contrário, um professor sem o mínimo de habilidades para lidar com estes alunos acabaria por regredir ou mesmo piorar o desenvolvimento do aluno alcançado pela escola especial (Canjeque, 2018).

Por outro lado, as escolas especiais sobretudo no contexto angolano têm um carácter discriminatório, no sentido de que elas por si só não promovem a inclusão se não houver continuidade desses alunos na escola regular ou normal. Pois, elas de modo indirecto perpetuam a exclusão social se não pautarem por acções que as transformem em termos de funcionamentos como núcleos de apoio à inclusão das escolas regulares ou normais. Deste modo, a barreira da descontinuidade das políticas de educação inclusiva nos níveis posteriores teria sido suprida a curto prazo.

Não obstante, o Instituto Nacional de Educação Especial, (2017, p. 23) estabelece na Política Nacional de Educação Especial Orientada à Inclusão que:

As escolas especiais passem a actuar como Núcleos de Apoio à Inclusão (NAI), cujo o objectivo é apoiar a rede de escolas da educação geral por meio de formação continuada, formação em serviço, produção de materiais e ensino de modos de comunicação. Nesse sentido, os alunos com deficiências, transtornos de espectro autista altas habilidades são matriculados nas escolas comuns exercendo seu direito à educação em convívio com as demais crianças e adolescentes.

Por isso, se torna necessário a criação de escolas inclusivas assim como o aumento da oferta formativa nas especializações em educação especial, sobretudo no contexto angolano e em particular no Cuito/Bié. Por outro lado, a política de educação preconizada pelo governo de Angola embora paute pela educação inclusiva, esta desencontrada com a realidade educativa vigente na maior parte das províncias e em particular no Bié. Neste prisma, o diagnóstico preliminar realizado na província demonstrou:

1. Escassez de escolas inclusivas no I e II ciclo que pudessem dar continuidade aos alunos com NEE Educativas Especiais que terminassem o I Ciclo na Escola Especial, facto que obrigava os alunos com NEE a repetirem por mais de uma vez o Ciclo escolar;
2. Gritante necessidade de professores especializados nas mais diversas áreas de Educação Especial com maior preponderância nas escolas regulares do Ensino Primário, I Ciclo e II do Ensino Secundário, cuja estrutura organizativa rígida, não

contemplava o ingresso de alunos com necessidades educativas especiais que adinham da Escola Especial e por último as dificuldades na materialização plena da Política Nacional de Educação Especial Orientada à Inclusão Escolar.

2. A importância da superação de professores em matérias de Educação Inclusiva

Os fundamentos ideológicos da escola Inclusiva não se resvalam apenas nos benefícios que podem trazer para os alunos com necessidades educativas especiais e dificuldades de aprendizagem nem tão pouco do imperativo reformatório da educação especial e geral, porquanto o seu fundamento remonta da declaração universal dos direitos humanos, uma vez que constitui obrigatoriedade das instituições públicas a garantia de um processo de escolarização para todos que evite a discriminação, a ostracização ou marginalização da pessoa com NEE e marque ponte para posterior integração à sociedade de todos os alunos independentemente de suas características. Nestes termos, como bem advogam Coll, Marchesi, Palacios e Cols (2007), a problemática não consiste em analisar em que condições os alunos com necessidades educativas especiais podem ser escolarizados na escola regular. a meta é garantir uma educação de qualidade para todos eles e protagonizar as reformas que se julguem pertinentes para concretização deste desiderato. Neste sentido, a superação de professores em matéria de educação inclusiva é premente e urgente, sobretudo no contexto angolano onde a escassez de professores formados nesta área do saber é uma realidade presente em quase todos os subsistemas que compõem o sistema educacional angolano.

Desta feita, a educação inclusiva enquanto movimento, impulsiona uma mudança profunda no estilo de trabalho dos professores tendo como base a transformação da escola na barca do acolhimento das diferenças dos alunos que resultam, não só da natureza, mas, da deficiência ou necessidade educativa especial, pois, a educação inclusiva é um dos meios para construção de uma sociedade mais igualitária e menos excludente. Nesta senda, a perspectiva de julgamentos positivos ou negativos sobre a Educação Inclusiva muda completamente, uma vez que não se admite que alguém e em algum lugar possa ser segregado ou negado seu direito de escolarização, independentemente de sua característica. Porquanto, a educação inclusiva se posiciona como uma forma de inserção em que a escola, comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (Soder, 1997; Sasaki, 1998).

Considerando este aspecto, pode-se dizer que a Educação Inclusiva constitui um grande desafio aos professores, pois têm de reinventar-se construindo novas propostas de ensino, obter uma nova perspectiva de actuação na sala de aula, adestrar-se ao ambiente e vencer todos os dias o processo de insegurança em relação a inexperiência de trabalhar com a diversidade de alunos, e o cumprimento deste desiderato passa sobretudo pelo processo de superação continuada dos professores em conteúdos e atividades que configuram-se em boas práticas inclusivas.

A superação continuada dos professores em matéria de Educação Inclusiva poderá alargar a compreensão do professor, proporcionando novas posturas e habilidades que o permitam problematizar o contexto de sua actuação, intervir nas diferentes situações com que se depara no exercício de seu ofício construindo deste modo uma visão promissora e positiva dos alunos com necessidades educativas especiais em sua aprendizagem e inserção social promovendo deste modo o direito à educação para todos sem desigualdades. Daí que a Educação Inclusiva implica em primeira instância a preparação continuada dos professores

e conseqüentemente das escolas sem a qual, as concretizações do projecto de educação inclusiva bem como os pressupostos legais que a guiam não passarão de simples discurso utópico no plano prático.

Neste sentido assevera Hagreaves (2002, p. 114):

Os professores não alteram e não devem alterar suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada, e eles se sentem forçados a cumpri-las. Eles não podem evocar novas práticas a partir de nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Os profissionais necessitam de chances para experimentar a observação, a modelagem, o treinamento, a instrução individual, a prática e o feedback, a fim de que tenham a possibilidade de desenvolver novas habilidades e de torná-las uma parte integrante de suas rotinas de sala de aula.

Assim, a superação continuada dos professores em matéria de Inclusão Educativa é imprescindível, porquanto, proporciona uma mudança de paradigma e incentiva na experimentação cabal de um modelo educacional para todos os alunos independentemente de sua especificidade. Outrossim, permite preencher as lacunas formativas, principalmente no contexto angolano de modo geral e em particular na província do Bié onde a pouca inserção de conteúdos de Educação Inclusiva nos processos formativos de professores em nível do ensino secundário e das licenciaturas em Ciências da Educação constitui uma realidade a não descurar. Portanto, o processo de superação constante dos professores contribuí na preparação de professores em assumirem novos valores profissionais, que abrangem além de uma prática diferenciada, um conhecimento pedagógico, científico e cultural transformado voltado às especificidade dos alunos, contribuindo deste modo para a melhoria significativa na atença educativa inclusiva.

2. 1. Breve historial da Educação Especial em Angola

A compreensão do decurso histórico da Educação Especial em Angola de modo geral e em particular na província do Bié é fundamental para o conhecimento dos passos que foram dados em termos de materialização das políticas de educação inclusiva.

O sistema educacional angolano ao longo do período colonial não contemplava política alguma de educação especial nem tão pouco de educação inclusiva. A iniciativa de educação das pessoas com necessidades educativas especiais começou em 1972 com a iniciativa particular de se iniciar dez crianças com deficiências visuas na Escola óscar Ribas com enfoque na habilitação e reabilitação profissional. (INEE, 2006).

Quatro anos após a independência a educação especial passou a figurar como modalidade de ensino através da circular nº 56/79, de 19 de Outubro do Ministério da educação. Em função desta circular foi impulsionada a criação de condições para o funcionamento das escolas especiais com equipamentos diversos que se adequassem ao público alvo.

Passando dois anos foi criado o Departamento Nacional de Educação Especial. A partir deste marco o atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais passou a figurar como política pública, porém dentro de uma visão segregacionista, pois as escolas especiais e as salas especiais que desenvolviam o seu trabalho centravam-se na deficiência do aluno e não nas suas potencialidades com maior destaque as dificuldades visuais auditivas e posteriormente as intelectuais (Decreto Presidencial nº 40/80 de 14 de Maio).

O funcionamento em ambientes segregados constituiu avanço significativo em termos de atendimento e de políticas educativas para criança com deficiência que anteriormente não tinham acesso a nenhum equipamento escolar e por outro contribuiu na criação de espaços restritos e pouco ricos em termos de incentivos pedagógicos.

Em 1994 Angola aderiu à Declaração de Salamanca, estabelecendo deste modo um período de transição e evolução da educação especial em Angola, rompendo não só com as barreiras segregacionistas e estigmatizadoras, mas, permitindo que as crianças com deficiências pudessem frequentar as escolas normais. Deste modo, as escolas regulares passaram a ser o melhor espaço para acolher estas crianças, implicando para tal um envolvimento direto das famílias e da comunidade, garantido assim igualdade de direitos e oportunidades para todos.

Com este acontecimento se assume que as diferenças humanas são um valor e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades das crianças ao invés de manter um trabalho segregado voltado às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança e benéfica para todas as crianças (INEE, 2006).

Na sequência dos acontecimentos acima referidos criou-se o projecto 534/Ang/10 implementada nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla na primeira fase e na segunda: Huambo, Cabinda e Bié, marcando uma experiência concreta de efetivação do novo paradigma no concernente à promoção de oportunidades educativas para a reabilitação das crianças vulneráveis, por meio de visitas de orientações metodológicas e acções formativas aos técnicos das referidas províncias.

O projeto acima referido impulsionou a compilação de um orçamento geral que contemplasse a propagação dos serviços de educação especial ou inclusão em todo o território nacional por intermédio de formações de técnicos especializados no país e no exterior demonstrando a vontade política do Governo em fazer investimentos para a implantação das mudanças a partir da nova proposta de atuação no domínio da escola especial e da educação inclusiva. Como resultado muitos alunos com necessidades educativas especiais encontram-se hoje a frequentar o ensino médio e superior nas escolas regulares, embora tal acção tenha abrangido apenas as províncias que não foram afetadas pela guerra (INEE, 2017, Canjeque, 2018).

Assim, neste contexto de mudanças em termos de políticas educativas voltadas a educação inclusiva foi estabelecida a Lei de Base do Sistema de Educação, Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro que preconizava a educação de todas as crianças em idade escolar independentemente da especificidade de cada uma no intuito de reduzir a taxa elevada de analfabetismo bem como o fomento da formação profissional. O Objectivo principal do estabelecimento do documento era de proporcionar uma educação de qualidade que respondesse aos desafios e exigências das metas preconizadas pelo Governo no concernente ao desenvolvimento de Angola.

Nesta perspectiva com o estabelecimento da lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino- Lei nº 17/16 de 7 de Outubro, a educação especial se configurou como uma modalidade transversal a todo o subsistema de ensino destinadas aos indivíduos com necessidades educativas especiais especificamente aos educandos com deficiências, transtorno de desenvolvimento ou de aprendizagem, educando com transtornos de espectro autista e altas habilidades/sobredotados, visando a sua integração socioeducativa.

Nesta senda o Ministério da Educação de Angola deparou-se com outras responsabilidades como:

Assegurar os indivíduos com necessidades educativas especiais o alcance dos objectivos dos diferentes subsistemas de ensino; Desenvolver as potencialidades físicas e intelectuais reduzindo as limitações provocadas pela deficiência; Capacitar o pessoal para lidar com os alunos que tenham deficiência, transtorno de espectro autista e altas habilidades ou sobredotação; Propor medidas necessárias para impulsionar o cumprimento da legislação vigente; Criar condições para o desenvolvimento dos alunos sobredotados e com altas habilidades; Proporcionar uma adequada orientação vocacional e profissional visando a integração profissional; Apoiar a inserção familiar, escolar e social de crianças e de outros indivíduos com necessidades educativas especiais entre outras. (INEE, 2017)

Assim, para a materialização das tarefas acima referenciadas foi necessário reestruturar a composição do MED buscando melhorar as orientações horizontais entre as diferentes estruturas ou níveis, culminando com a aprovação do Novo Estatuto Orgânico do Ministério da Educação por intermédio do Decreto Presidencial nº 221/14 (7) que consagra o Instituto Nacional de Educação Especial com personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Definido como “o órgão do Ministério encarregue de formular, aplicar e controlar a implementação da política educativa relativa às crianças, adolescente e jovens com deficiência no sentido de melhorar o desenvolvimento físico e psíquico com a vista possibilitar-lhe a aquisição de conhecimento e habilidades.

Estabelecida em 2017 a Política Nacional de Educação Especial Orientada para a inclusão Escolar com o objectivo de definir diretrizes e estratégias de ação para que as redes ensino angolanas assegurem o direito ao acesso a uma educação de qualidade para todos sem exceção, com particular destaque aos alunos com deficiência, transtornos de espectro autista e altas habilidades nas escolas comuns (Decreto Presidencial no.187/17 de 16 de Agosto de 2017).

Este desiderato exige a reformulação das estruturas físicas das escolas bem como a formação contínua dos professores na perspectiva inclusiva com o intuito de preencher a lacuna formativa dos professores no sentido geral.

Desta feita, PNEEOIE visa assegurar os mesmos direitos, oportunidades e acessibilidade ao currículo as pessoas com necessidades educativas especiais e aquelas consideradas “normais”. Deste modo os serviços de apoio oferecidos pelas escolas especiais como centro de recursos bem como pelas salas de atendimento educativo especializado são de extrema importância na consolidação da educação inclusiva nas escolas regular. Pois, é por intermédio destes serviços que se materializarão os princípios acima descritos. Portanto, a PNEEOIE visa consolidar a educação inclusiva (nas 18 províncias), prevendo que todos os alunos possam participar e se beneficiar, com sucesso, dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem. Angola se depara, portanto, com a urgência de consolidar a política educacional de inclusão, tornando a escola aberta a todos, livre de discriminação, lançando as bases de uma educação fundamentada no respeito, solidariedade e na atenção às diferenças dos sujeitos.

Com o aludido, pode-se dizer que Angola tem dados avanços significativos na concepção de políticas voltadas a educação na perspectiva inclusiva como bem se verificou, porém, apesar deste avanço, se verifica alguma descontinuidade entre as concepções políticas e o seu cumprimento na realidade educativa.

2.2. Caracterização da Educação Especial orientada à inclusão escolar na Província do Bié

A preocupação da educação das pessoas com necessidades educativas especiais na província supracitada é antiga, em função das repercussões da guerra civil que afetou de modo significativo a população biana em comparação com outras geografias. Pois, o Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) ao estimar para a província do Bié em 2005 uma população de 1.095.813 (um milhão e noventa e cinco mil e oitocentos e treze) demonstrou que cerca de 61.365 habitantes do número estimado eram pessoas com deficiências ou com necessidades educativas especiais. Porém, a sinalização mais visível da educação especial na província do Bie começou com a criação do Complexo Escolar nº 271-Ensino Especial do Cuito/Bié criado à luz do Decreto Executivo nº 144/16 de 7 de Março sobre a necessidade de serem criados os serviços províncias de atendimento aos alunos com deficiências. A referida escola foi construída com o intuito de responder a necessidade de assistência educativa às pessoas com necessidades educativas especiais excluídas do sistema de ensino geral.

Nesta senda, a estrutura escolar criada comportava cinco salas de aulas, uma secretaria, dois gabinetes duas (2) casas de banho para área Administrativa, duas (2) casas de banho para alunos, uma (1) cozinha e uma (1) arrecadação. É uma escola primária e do Iº Ciclo. Apesar do papel fundamental que a referida escola desempenha e desempenhou, não cobria nem a metade da população de alunos com necessidades educativas especiais que estavam fora do sistema de ensino na altura. A falta de continuidade de estudos em outros níveis subsequentes por parte dos alunos com necessidades educativas originava cada vez a repetência dos ciclos escolares por parte dos alunos com NEE uma vez que as escolas do segundo ciclo não estavam preparadas para receber as pessoas com necessidades educativas especiais conforme afirmamos com anterioridade. A escassez de especialistas bem como as dificuldades de materialização da Política Nacional de Educação Orientada à Inclusão Escolar marcaram também esta época de institucionalização da educação especial voltada ao atendimento educativo de alunos com determinada especificidade confinando deste modo estes serviços unicamente ao município do Cuito. Até ao ano de 2019 quase que pouco ou nada se falava de atendimento educativo de alunos com NEE nos restantes oito municípios que compõe a província em referência.

Entretanto, diante da percepção do quadro descrito tendo a intenção de melhorá-lo, o Gabinete Provincial da Educação a partir do ano escolar de 2020/2021 gizou um plano estratégico de desenvolvimento da educação especial orientada para inclusão escolar que já vai dando frutos que se configuram como marcos importante da educação especial orientada a inclusão na província. Assim, dada a magnitude dos desafios da Política Nacional de Educação Especial Orientada a Inclusão Escolar de pessoas com NEE levou-se a cabo uma abordagem gradual para programar a referida Política nos 9 municípios da província.

2.3. Desafios da implementação da Política Nacional de Educação Especial Orientada à Inclusão na Província do Bié

Em face da situação problemática identificada o Gabinete Provincial da Educação estabeleceu como meta, a materialização da Política Nacional de Educação Especial orientada a Inclusão Escolar em todo a província do Bié que culminou com a elaboração do Plano Estratégico de Educação Especial Orientada a Inclusão Escolar tendo como intenção o resgate de objectivos já descritos na Política Nacional de Educação Especial Orientada para Inclusão Escolar e estabelecer indicadores e metas produzidos a partir dos dados administrativos existentes. Neste sentido, agregaram-se também aspectos quantificáveis da realidade local no intuito de possibilitar o monitoramento e a sistematização de conhecimentos disponíveis sobre a situação real, proporcionando uma oportunidade de análise e avaliação mais detalhada bem como a definição de acções que possam mudar o quadro acima descrito.

Diante da realidade descrita bem como da situação problemática descrita com anterioridade, o Gabinete Provincial da Educação (GPE) com assessoria do Instituto Nacional de Educação Especial e da Escola Superior Pedagógica do Bié, começou com o processo de materialização da Política acima descrita definindo desta forma as seguintes acções:

Acção nº 1: Criação de serviços provinciais de Educação Especial no Gabinete Provincial da Educação.

A criação de uma Secção de Educação Especial em nível do Gabinete Provincial da Educação teve como objectivo fundamental acompanhar de modo cabal a materialização da Política Nacional de Educação Especial Orientada à Educação Inclusiva, bem como a criação de estratégias para o fortalecimento e expansão nos demais municípios da referida política. Esta é uma Secção que está sob superintendência do Departamento de Educação e Ensino. Pois, o Complexo escolar 271-Ensino Especial não poderia mais ter atribuições de gestão da política de Educação Inclusiva.

Acção nº 2: Identificação de quadros qualificados nesta área para responderem em nível de todos os municípios da província.

Nesta acção identificou-se os possíveis quadros altamente especializados em educação especial, psicopedagogia, Linguagem Gestual Angolana e Braile para fazerem parte do Núcleo Provincial de Apoio à Inclusão afim de suprir a escassez de quadros especializados nas escolas do ensino geral através de acções formativas continuadas e em serviço. Neste sentido, formou-se o Núcleo Provincial de Apoio à Inclusão constituído por oito membros dos quais, dois mestres em NEE, dois psicopedagogos e especialistas em LGA, e dois especialistas em Braile. Conforme ilustra a tabela abaixo:

Quadro nº 1: Membros do Núcleo Provincial de Apoio à Inclusão Educativa

Especialidades	Números
Especialistas em Educação Especial	3
Psicopedagogos	2
Especialistas em LGA	1
Especialistas em Braile	2
Total	8

Fonte: Plano estratégico provincial de desenvolvimento da educação inclusiva do Bié.

Tal acção convergiu com a Política Nacional de Educação Especial Orientada para Inclusão Educativa (PNEEOIE), pois a mesma, orienta que o ensino das crianças com NEE deve ser complementado e apoiado com o Atendimento Educativo Especializado. A oferta deve ser ampliada para atender todos os alunos com deficiência, transtornos de espectro autista e altas habilidades/sobredotados que careçam desse atendimento. Porquanto, um dos desafios da Educação Especial em Angola é a escassez de especialistas em NEE. Apesar dos investimentos feitos pelo executivo angolano, a extensão da rede de apoio à inclusão ainda não suporta a demanda. Entretanto, o Núcleo Provincial de Apoio à Inclusão tem as seguintes competências:

- Harmonizar permanentemente a política de educação vigente na província com a Política Nacional de Educação Especial Orientada para à Inclusão Educativa (PNEEOIE);
- Disponibilizar os serviços de atendimento especializado (AEE), através das salas de recursos multifuncionais (SRM);

- Proporcionar formação permanente aos técnicos dos Gabinetes de Apoio Psicopedagógico nas questões relacionadas com as DEA, NEE, Ética e Deontologia Profissional, Linguagem Gestual e escrita braile;
- Apresentar e propor soluções adequadas ao Gabinete Provincial da Educação em relação à inclusão de pessoas com deficiência nas escolas inclusivas;
- Identificar as necessidades das pessoas com NEE e sugerir as alterações necessárias na movimentação escolar e no apoio psicopedagógico, com o conhecimento do Gabinete Provincial da Educação;
- Apresentar no início do ano o plano de trabalho e um cronograma provisório de execução;
- Buscar parcerias com órgãos públicos e privados que apoiam a inclusão e acessibilidade;
- Desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão à comunidade no concernente a educação inclusiva;
- Promover e apoiar seminários, cursos, palestras, encontros e congressos de formação continuada destinada a técnicos e professores;
- Disponibilizar serviços de tradução e intérprete de Língua Gestual angolana e de Braile às instituições educativas e aos eventos sociais.

a. Composição

✓ O Núcleo de Apoio à Inclusão tem a seguinte composição:

- **Coordenador**- O responsável pelo Núcleo e reporta ao Gabinete Provincial da Educação
- **Membros**- Especialistas em Necessidades Educativas Especiais e nas mais diversas especialidades

b. Funcionamento

O Núcleo de Apoio à Inclusão proporciona outra dinâmica do funcionamento dos serviços de educação inclusiva e, é coordenado pelo GPE .

Acção nº 3: Transformação de algumas escolas do Segundo Ciclo do Ensino Secundário em escolas inclusivas.

Esta acção foi imprescindível, porquanto, os alunos com necessidades educativas especiais que terminaram o I Ciclo na Escola Especial ingressaram pela primeira vez nas escolas Regulares do segundo Ciclo que foram preparadas através das acções formativas em diversas metodologias de Educação Especial pelo Núcleo provincial de Apoio à Inclusão.

Outro argumento de força foi a escassez de especialistas em NEE na escola especial e regular. Daí, a transformação das mesmas em escolas inclusivas para concentrar os poucos especialistas no intuito de se obter eficiência e eficácia. Pois a transferência de um aluno do ensino especial para o regular ou normal não pode resumir-se unicamente na acção administrativa da simples inserção do aluno, mas também na disponibilização de professores especializados em necessidades educativas especiais e apoios psicopedagógicos com a intenção de proporcionar aos demais professores habilidades de lidar com o processo de ensino-aprendizagem e garantir a prossecução do trabalho que foi feito na escola especial. De contrário, os alunos com NEE nas escolas regulares regrediriam seu desenvolvimento alcançado na escola especial. Desta feita, o processo de transformação de algumas escolas regulares ou normais em escolas inclusivas começou por:

- Escolas regulares do segundo Ciclo de formação profissional ou pré-universitária que tinham no seu funcionamento a flexibilidade de receberem os alunos da escola especial;

- Escolas com o perfil de formação de professores e que tenham quadros altamente especializado em diversas áreas das ciências de educação, facto que possibilitou a superação destes em Educação Especial;
- Escolas missionárias ou com pendor filosófico-teológico cristão que advogam a equidade educativa e igualdade educativa como fundamento da justiça social. Como por exemplo: a Escola de Formação de Professores São José (IMNE - Maristas) e a Escola “Nossa Senhora da Paz.

Portanto, os docentes das seis escolas inclusivas que foram criadas receberam formação em diversas metodologias de Educação Especial, partindo do pressuposto de que não há Educação Inclusiva sem a preparação dos professores. Desta feita apresenta-se no quadro abaixo o número de Escolas Inclusivas do segundo Ciclo criadas bem como o número de alunos com Necessidades Educativas Especiais em fase Piloto:

Quadro nº 2: Escolas Inclusivas do Segundo Ciclo e números de alunos com NEE matriculados no ano de 2019 no Município do Cuito/Bié.

Escolas Inclusivas	Números de alunos com NEE matriculados
IMPAG	12
Escola Comercial Simione Mucune	10
Escola de Formação de Professores São José Marista	2
Escola do IIº Ciclo Rei Ndunduma	4
Escola do IIº Ciclo 4ª Divisão	4
Escola do Segundo Ciclo “Nossa Senhora da Paz	2
Total	34

Fonte: Plano estratégico provincial de desenvolvimento da educação inclusiva do Bié.

Sub-Acção 3.1: Necessidade formação contínua em NEE dos professores nas escolas inclusivas.

A pouca inserção de conteúdos de NEE nos processos formativos de professores à nível do ensino secundário e das licenciaturas em ciências da educação nas mais diversas áreas de formação no contexto angolano no geral e em particular na província do Bié, justificam a necessidade premente de formação contínua dos professores em temas ligados às NEE, no intuito de serem preparados e assumirem novos valores profissionais, que abranjam além de uma prática diferenciada, um conhecimento pedagógico, científico e cultural transformado, voltado às particularidades dos alunos. Assim o quadro abaixo ilustra o número de professores formados em Educação Especial nas Escolas Inclusivas:

Quadro nº 3: Número de professores formados por cada escola inclusiva no período de 2019-2021

Fonte: Plano estratégico provincial de desenvolvimento da educação inclusiva do Bié.

Sub-Acção 3.2: Formação de Formadores Municipais com réplica nos Municípios

	Professores formados nas escolas inclusivas do segundo ciclo	Números
A	IMPAG	14
	Escola Comercial Simione Mucune	13
	Escola de Formação de Professores São José Marista	10
	Escola do IIº Ciclo Rei Ndunduma	10
	Escola do IIº Ciclo 4ª Divisão	13
	Escola do Segundo Ciclo "Nossa Senhora da Paz	13
	Total	73

acção acima referida teve como objectivo a massificação da inclusão escolar em todos os municípios da província do Bié. Assim fez-se uma solicitação as Administrações Municipais a fim de orientarem as Direcções Municipais da Educação para criar uma Área com a designação de: Área de Apoio Psicopedagógico e Necessidades Educativas Especiais, abreviadamente (AAP e NEE), para dinamizar a Educação Especial Orientada para à Inclusão Escolar. Desta feita, a Área criada, tem um responsável que serve como ponto focal da Educação Especial no Município, com o seguinte **perfil**:

1. Professor/a licenciado/a nas seguintes áreas: Educação Especial; Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Educação Primária e filosofia.

Por conseguinte, a Direcção Municipal da Educação identificou 4 professores/as (perfazendo 5 incluindo ponto focal) com o perfil supracitado formados pelo núcleo de Apoio Província à Inclusão como Formadores Municipais na perspectiva da Educação Inclusiva

Quadro nº 4: Número de Formadores Municipais na perspectiva da Educação Inclusiva

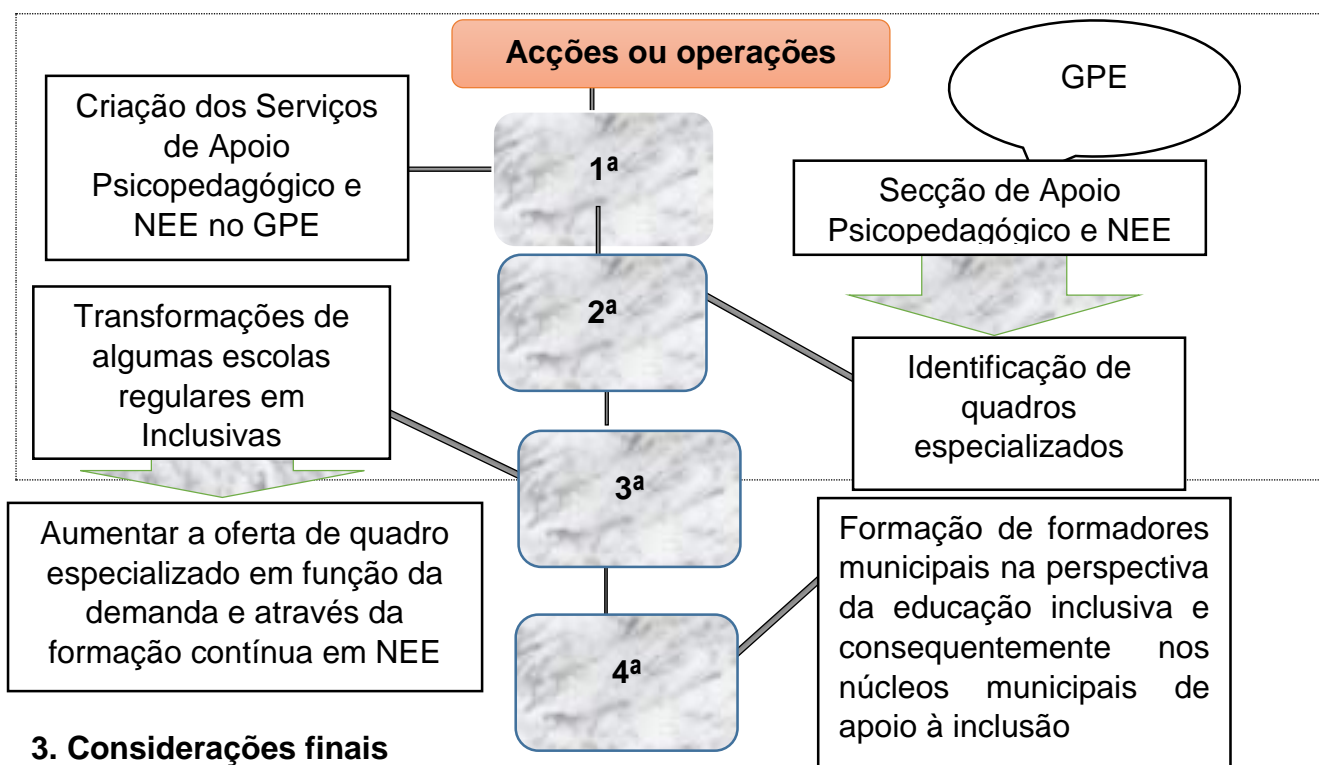
Municípios	Números
Cuito	6
Camacupa	5
Catabola	7
Cunhinga	5
Chitembo	5
Andulo	6
Nharea	5
Chinguar	5
Cuemba	6
Total	50

Fonte: Plano estratégico provincial de desenvolvimento da educação inclusiva do Bié.

De realçar que com a materialização desta formação criou-se os núcleos municipais de apoio à Inclusão em todos os municípios da Província. Onde a transformação das escolas eficazes bem como as escolas de referências em escolas inclusivas já é uma realidade em função da réplica da mesma.

Desta feita, para uma melhor ilustração das acções e operações descritas e implementadas a prior, apresenta-se a esquematização das mesmas:

Esquematização das acções ou operações



3. Considerações finais

As operações acima descritas foram concretizadas num período de 14 meses como partes do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial Orientada à Inclusão Educativa da província do Bié. Apesar dos esforços empreendidos para materialização da Política Nacional da Educação Especial Orientada à Inclusão Escolar, pode-se dizer que ainda não se atingiu o desiderato desejado. Porquanto, se enfrentam dificuldades de várias ordens que se prendem com a escassez de salas de atendimento educativo especializado, exíguo material didático específico para as crianças com deficiências auditivas e outras bem como a inexistência de uma rubrica financeira ou orçamento específico para a realização das tarefas atribuídas ao Gabinete Provincial da Educação do Bié à luz da Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar. Portanto, a resolução das dificuldades de ordens gerais afloradas poderá consolidar o processo de Educação Inclusiva configurando em meta a ser alcançada posteriormente.

4. Referências bibliográficas

- Canjeque, E. (2018). *A problemática da inclusão da criança com necessidades educativas especiais em Angola. O caso de Moçâmedes – Uma reflexão psicossocial*. (Dissertação de Mestrado).
- Facion, J. R. (2008). *Inclusão Escolar e suas Implicações*. Curitiba. Editora: IBPEX
- GIL, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas
- Hargreaves, A. (2002). *Aprendendo a mudar: O ensino para além dos conteúdos e da padronização*. Porto Alegre: Artmed.
- INEE. (2017). *Política de Educação Especial Orientada para Inclusão Escolar*. Luanda
- Sasaki, R. (1998). *Quantas Pessoas têm Deficiência?* Brasília.
- Soder, M. (1997). *Devolver o deficiente à comunidade de onde foi excluído*. Correio da Unesco, 9, nº 8, 20- 23.